



Concurso Público

ANALISTA DE

PLANEJAMENTO E

ORÇAMENTO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Data: 29/09/2013 - Tarde
Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 30 (trinta) questões da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e as propostas de temas para a Prova Discursiva:

Contabilidade Pública	Planejamento e Orçamento Público	Discursiva
51 a 60	61 a 80	Temas

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, alculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 3 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Análise os dados abaixo para responder às questões 51 a 33.

Em 31/12/2012, o balanço orçamentário consolidado de um determinado ente público apresentava, entre outras, as seguintes informações:

	Receitas Correntes	Receitas de Capital
Previsão Inicial	270.000	120.000
Previsão Atualizada	280.000	120.000
Receitas Realizadas	295.000	115.000

	Despesas Correntes	Despesas de Capital
Dotação Inicial	260.000	130.000
Dotação Atualizada	260.000	140.000
Despesas Pagas	240.000	100.000

Superávit	35.000
-----------	--------

51. Sabendo-se que no exercício não houve refinanciamento da dívida, a economia de gastos demonstrada no respectivo balanço correspondeu ao seguinte montante:

- A) 70.000
- B) 35.000
- C) 25.000
- D) 45.000
- E) 10.000

52. Com o objetivo de avaliar a gestão orçamentária do ente público, pode-se afirmar que o Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária correspondeu ao seguinte valor (cálculo com duas decimais):

- A) 1,04
- B) 1,21
- C) 1,09
- D) 1,11
- E) 0,94

53. O valor total dos Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro foi equivalente a:

- A) 70.000
- B) 60.000
- C) 45.000
- D) 25.000
- E) 35.000

54. O registro das receitas orçamentárias oriundas do recebimento da Dívida Ativa Não Tributária deverá ser feito por meio de lançamentos a débito e a crédito em contas agrupadas nas seguintes classes do PCASP:

- A) 1, 4, 5 e 6
- B) 4, 6, 7 e 8
- C) 4, 5, 6 e 7
- D) 1, 6, 7 e 8
- E) 1, 2, 5 e 6

55. Em 10/05/2012, um determinado ente público efetuou a liquidação de uma despesa referente à aquisição de diversos veículos. Sabendo-se que essa operação foi precedida de contrato entre as partes, a alternativa que indica um lançamento pertinente a esse fato, independentemente da natureza de informação é:

- A) D: Obrigações Contratuais
C: Execução de Obrigações Contratuais
- B) D: Bens Móveis – Veículos
C: Caixa e Equivalente de Caixa
- C) D: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C: Crédito Empenhado em Liquidação
- D) D: DDR comprometida por Liquidação e entradas compensatórias
C: DDR comprometida por Empenho
- E) D: Crédito Empenhado a Liquidar
C: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

56. O balanço financeiro de um determinado ente público, elaborado em 31/12/2012, apresentava na sua estrutura as seguintes informações:

Títulos	Em R\$
Receitas Orçamentárias Vinculadas	14.000
Receitas Orçamentárias Ordinárias	8.000
Pagamento de Restos a Pagar de 2011	6.000
Caução em dinheiro recebida	1.000
Repasse Recebido do Governo Federal	3.000
Despesas Orçamentárias Ordinárias	9.000
Consignações Retidas sobre folha de pagamento de dez/2012	1.800
Restituição de Diversos Depósitos	2.000
Inscrição de Restos a Pagar – 2012	4.000
Transferências de Consignações Retidas em dez/2011	1.600
Despesas Orçamentárias Vinculadas	10.000

Com base nessas informações, pode-se afirmar que o resultado financeiro e o valor das despesas pagas do exercício corresponderam, respectivamente, a:

- A) superávit de R\$ 3.200 e R\$ 15.000
- B) superávit de R\$ 2.200 e R\$ 28.600
- C) superávit de R\$ 1.000 e R\$ 19.000
- D) déficit de R\$ 1.600 e R\$ 25.000
- E) déficit de R\$ 2.000 e R\$ 23.400

57. No final do exercício financeiro de 2012, o balancete contábil, contendo somente as contas patrimoniais e orçamentárias de um determinado ente público, apresentava as seguintes informações:

Títulos	R\$
Caixa e Equivalente de Caixa (F)	9.500
Bens Imóveis (P)	18.000
Depósitos Restituíveis (F)	1.500
Empréstimos a Curto Prazo (P)	6.200
Bens Móveis (P)	11.000
Fornecedores a Curto Prazo (F)	6.600
Pessoal a Pagar (F)	3.000
Estoque para Distribuição (P)	3.000
Créditos a Receber (F)	2.500
Empréstimos a Longo Prazo (P)	20.000
Valores Restituíveis (F)	1.500
Previsão Atualizada da Receita	32.000
Receita Realizada	26.000
Dotação Atualizada	32.000
Crédito Empenhado a Liquidar	1.300
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	9.600
Crédito Liquidado Pago	16.000
Receita a Realizar	6.000

Com base nessas informações, no balanço patrimonial elaborado, referente ao exercício encerrado, os valores do saldo patrimonial e do superávit financeiro eram, respectivamente, iguais a:

- A) R\$ 8.200 e R\$ 1.100
- B) R\$ 6.900 e R\$ 1.100
- C) R\$ 8.200 e R\$ 2.400
- D) R\$ 6.900 e R\$ 2.400
- E) R\$ 8.200 e R\$10.000

58. Em 31/12/2012, um determinado ente governamental realizou a inscrição, em Restos a Pagar Não Processado, da aquisição de um lote de material permanente ainda não fornecido. Em 25/01/2013, procedeu-se a liquidação e, finalmente foi realizado o pagamento em 02/02/2013. O lançamento contábil referente a esse pagamento, sob o enfoque da informação de natureza orçamentária, utilizou para o débito e o crédito, respectivamente, contas das seguintes classes e grupos definidos no PCASP:

- A) 2.1 e 1.1
- B) 6.2 e 6.2
- C) 6.3 e 6.3
- D) 8.2 e 7.3
- E) 6.2 e 5.2

Análise os dados abaixo para responder às questões 59 e 60.

Durante o exercício financeiro de 2012, um determinado ente público realizou as seguintes transações:

Títulos	R\$
Apropriação do reconhecimento de impostos a arrecadar do exercício	100.000
Pagamento de pessoal e encargos do exercício	75.000
Recebimento de operações de crédito internos	80.000
Incorporação de bens móveis doados de terceiros	20.000
Realização de operação de crédito por antecipação de receitas orçamentárias	15.000
Recebimento de dívida ativa não tributária	5.000
Amortização de empréstimos internos obtidos	60.000
Pagamento de juros e encargos da dívida	20.000
Alienação de bens imóveis	30.000
Pagamento de serviços de terceiros	35.000
Pagamento de salários de pessoal do exercício anterior	5.000
Arrecadação de impostos reconhecidos no exercício de 2011	6.000
Aquisição de bens móveis	20.000
Recebimento de valores restituíveis	8.000
Atualização monetária de empréstimos contraídos	10.000
Empenho e liquidação de despesas de aquisição de material de consumo para estoque de distribuição	4.000
Pagamento de valores restituíveis	4.500
Pagamento das antecipações de receitas orçamentárias	15.000
Recebimento de receitas de serviços	32.000
Recebimento de dividendos de empresas controladas	5.000
Arrecadação de impostos reconhecidos do exercício	80.000
Reavaliação de bens móveis	6.000

59. Em 31/12/2012, ao elaborar a Demonstração das Variações Patrimoniais, o resultado patrimonial apurado correspondeu a um:

- A) superávit de R\$ 23.000
- B) superávit de R\$ 13.000
- C) superávit de R\$ 16.000
- D) déficit de R\$ 15.000
- E) déficit de R\$ 9.000

60. Na Demonstração do Fluxo de Caixa, elaborada pelo método direto, o valor indicado da Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi igual a:

- A) R\$ 19.500
- B) R\$ 26.500
- C) R\$ 36.000
- D) R\$ 23.000
- E) R\$ 39.500

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

61. As receitas e despesas vinculadas aos serviços de saúde, assistência e previdência social devem estar contidas em um único orçamento. Isso se dá em virtude do princípio da:

- A) universalidade
- B) totalidade
- C) simplicidade
- D) realidade
- E) uniformidade

62. Nas orientações para elaboração do PPA 2012-2015 do governo federal, as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras, como as ações de pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas são declaradas através de:

- A) projetos
- B) atividades
- C) programas temáticos
- D) iniciativas
- E) operações especiais

63. Ao executar uma despesa, um Analista de Planejamento e Orçamento a registrou com o código 3.1.90.12. Esse registro representa a classificação da despesa por natureza de despesa. Dos elementos presentes nessa classificação, **não** podemos afirmar que:

- A) o dígito "3" permite ao gestor identificar o impacto econômico da despesa
- B) o segundo dígito representado pelo algarismo "1", indica que a despesa executada é um investimento
- C) os dígitos "9" e "0", que formam o número noventa, têm por objetivo eliminar a dupla contagem dos recursos em caso de transferência ou descentralização
- D) os dois últimos dígitos representam o elemento que decorre do desdobramento do grupo de natureza de despesa
- E) o primeiro dígito indica que a despesa executada é corrente

64. É **incorreto** afirmar que são atributos dos Programas Temáticos PPA 2012-2015 do governo federal:

- A) código
- B) título
- C) contextualização
- D) valor global
- E) diretrizes

65. Segundo as orientações para elaboração do PPA 2012-2015 do governo federal, o indicador é um instrumento que permite identificar e aferir aspectos relacionados a um Programa Temático. Apurado periodicamente, auxilia o monitoramento da evolução de uma determinada realidade, gerando subsídios para a avaliação. Nesse diapasão, **não** pode ser considerado um atributo que compõe o indicador:

- A) estabilidade
- B) denominação
- C) fonte
- D) unidade de medida
- E) índice de referência

66. No PPA 2012-2015 do governo do Estado do Rio de Janeiro, o bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo e ofertado à Sociedade ou ao Estado, é:

- A) programa de apoio e manutenção
- B) atividade
- C) iniciativa
- D) produto
- E) operação especial

Considere a seguinte classificação programática da despesa, extraída do Manual Técnico do Orçamento - MTO 2013, para responder às questões 67 e 68.

2075. 7M64. 0043

67. O dígito "7", localizado entre o dígito "5" e a letra "M", indica que se trata de uma despesa com:

- A) atividade
- B) projeto
- C) operação especial
- D) despesa extraorçamentária
- E) regime de previdência

68. O último grupo de algarismos (0043) indica que a despesa é:

- A) de capital
- B) decorrente de uma política econômica expansionista
- C) decorrente de uma política econômica contracionista
- D) extraorçamentária
- E) aplicada em determinada região

69. A LDO pode enumerar diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual, incluindo orientações para que a LOA contenha dispositivos para adaptar as despesas aos efeitos econômicos decorrentes de diversos eventos. **Não** é exemplo de um evento que gere efeito econômico que autorize ou fundamente a adaptação da LOA:

- A) calamidade pública e situação de emergência
- B) contingenciamento de despesas
- C) realização de receitas não previstas
- D) realização de receita em montante inferior ao previsto
- E) alteração na legislação tributária estadual

70. É possível diferenciar uma receita de outra por meio da identificação dos recursos financeiros, cujas características próprias sejam semelhantes, através da seguinte classificação da natureza de despesa:

- A) categoria econômica
- B) origem
- C) espécie
- D) rubrica
- E) alínea

71. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF (Lei Complementar 101/00), as despesas do Banco Central do Brasil com pessoal e encargos sociais, dentre outras, integrarão o orçamento da União. Acerca das despesas e receitas do Banco Central do Brasil, tratadas naquele diploma legal, é certo afirmar que:

- A) o resultado negativo constituirá obrigação do Banco Central do Brasil para com o Tesouro Nacional
- B) somente o resultado positivo será consignado no orçamento da União. O resultado negativo será contabilizado como déficit do Banco Central do Brasil
- C) o impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos da LDO
- D) os balanços bimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e sobre a rentabilidade de sua carteira de títulos
- E) o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui despesa do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais

72. Nos termos da Lei Complementar 101/00 (LRF), é **incorreto** considerar como renúncia de receitas a concessão de:

- A) anistia
- B) subsídio
- C) crédito presumido
- D) modificação da base de cálculo
- E) redução da alíquota

73. Segundo o art. 92 da Lei nº 4320/64, é **incorreto** afirmar que a dívida flutuante compreenderá despesas com:

- A) as operações de crédito
- B) os serviços da dívida a pagar
- C) os débitos de tesouraria
- D) os restos a pagar
- E) os depósitos

74. **Não** serão computados como despesas com pessoal, para fins de apuração dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com:

- A) aposentadorias de ex-chefes do Poder Executivo
- B) adicional de qualificação permanente
- C) auxílio alimentação
- D) vencimentos
- E) adicional de serviço extraordinário

75. São consideradas receitas correntes as decorrentes de:

- A) operações de crédito
- B) superávit do orçamento corrente
- C) débitos de tesouraria
- D) subvenções econômicas
- E) amortização de empréstimos

76. Segundo a Lei Complementar 101/00 (LRF), a dívida pública decorrente de títulos emitidos pelos entes da federação é classificada como:

- A) dívida consolidada
- B) dívida flutuante
- C) concessão de garantia
- D) dívida operacional líquida
- E) dívida mobiliária

77. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, elaborado quadrimestralmente ou semestralmente em caso de municípios com menos de 50 mil habitantes, contém, dentre outras informações, as relativas à dívida consolidada e às operações de crédito. Dentre os órgãos e entidades da administração pública obrigados a elaborar o RGF, **não** se encontra o:

- A) Senado Federal
- B) Tribunal de Contas do Estado
- C) Conselho Nacional do Ministério Público
- D) Ministério Público Federal
- E) Supremo Tribunal Federal

78. A Secretaria de Estado de Saúde reservou dotação em seu orçamento para atender despesas com a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Entretanto, durante a execução das obras, o gestor percebeu que a dotação prevista havia sido subestimada. Assim, para garantir a efetividade do projeto, o gestor pode se valer de:

- A) contingenciamento de despesas
- B) suplementação orçamentária
- C) dotação especial
- D) crédito extraordinário
- E) expansão financeira

79. A garantia do credor de que os bens e serviços que está disponibilizando à administração têm suporte orçamentário se dá por:

- A) empenho da despesa
- B) liquidação da despesa
- C) pagamento da despesa
- D) autorização da despesa
- E) homologação da licitação

80. A LRF estabelece que, em suas relações com entes da federação, o Banco Central do Brasil poderá adotar o seguinte procedimento:

- A) realizar operações de crédito diretamente entre estado e municípios que integrem seu território
- B) permutar, desde que de forma temporária, títulos da dívida pública estadual por títulos da dívida pública federal, salvo quando no momento de sua colocação no mercado
- C) comprar livremente títulos da dívida pública na data de sua colocação no mercado
- D) conceder garantias
- E) adquirir diretamente títulos emitidos pela União para refinarçar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo em sua carteira

PROPOSTAS PARA A PROVA DISCURSIVA

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

Contabilidade Pública**Questão 01**

Produza um texto, utilizando o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, que atenda a uma das 3 (três) propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

TEMA 1

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes, fluirão para a entidade e quando seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis. O passivo é reconhecido quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará, possa ser determinado em bases confiáveis. A mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial. Esse processo envolve a seleção de uma base específica de mensuração, que é empregada em diferentes graus e em variadas combinações. Essa base inclui o Custo Histórico, o Custo Corrente, o Valor Realizável e o Valor Presente. Discorra sobre a essência de cada uma dessas bases de mensuração, sobre os elementos patrimoniais.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 1

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Discorrer sobre cada uma dessas bases de mensuração	0 a 15
B- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
C- Correção gramatical	0 a 2

TEMA 2

A Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público estabelece critérios para o registro contábil dos atos e fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público. Nas linhas desta Norma, procedimentos uniformes de registros deverão ser mantidos pelas entidades do setor público, mediante processo manual, mecanizado ou eletrônico, em ordem cronológica, com vistas a dar suporte às informações. Foram definidos os elementos essenciais do registro contábil, as formalidades que deverão ser observadas, como também, foram definidas diversas características dos registros e da informação contábil. Defina as seguintes características que deverão ser observadas no registro e da informação contábil: comparabilidade, confiabilidade, fidedignidade, uniformidade, tempestividade, compreensibilidade, objetividade e integridade.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 2

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Discorrer sobre cada uma dessas características do registro e da informação contábil	0 a 15
B- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
C- Correção gramatical	0 a 2

TEMA 3

A implantação de um “Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público” tem como objetivo a conversão das práticas de contabilidade vigentes até 2008 aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Nesse sentido, estabeleceu alguns objetivos com o intuito de promover as adequações necessárias para a convergência aos padrões internacionais de contabilidade; algumas mudanças foram introduzidas, como o reconhecimento dos ativos e passivos no momento do fato gerador e a definição de novos modelos e demonstrativos. Mencionar e explicar pelo menos mais cinco mudanças e procedimentos que passaram a ser obrigatórios na Contabilidade do Setor Público.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 3

CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citar as mudanças e procedimentos	0 a 5
B- Discorrer sobre cada uma dessas mudanças e procedimentos	0 a 10
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

Planejamento e Orçamento Público

Questão 02

Produza um texto, utilizando o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, que atenda a uma das 3 (três) propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

TEMA 1

Diferencie descentralização orçamentária de descentralização financeira. Cite exemplos e explique como essas ferramentas podem ser utilizadas para aperfeiçoar a gestão e a execução orçamentária em uma administração moderna.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 1	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citação das atividades de descentralização financeira e orçamentária, diferenciando-as	0 a 10
B- Citação de pelo menos um exemplo de utilização das atividades de descentralização orçamentária e de um exemplo de atividade de descentralização financeira no aperfeiçoamento da gestão e execução orçamentária/financeira	0 a 5
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

TEMA 2

A Administração Pública pode transferir voluntariamente recursos públicos para o setor privado nas hipóteses e limitações estabelecidas pela legislação pátria. Escreva sobre as formas de transferências voluntárias e as limitações legais para sua realização, considerando os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 2	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citação dos tipos ou formas de transferências voluntárias, diferenciando-os	0 a 10
B- Citação de pelo menos dois impedimentos e duas condições para realização de transferências voluntárias	0 a 5
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

TEMA 3

Uma das questões mais discutidas atualmente é a questão da qualidade do gasto público e do endividamento público. Considerando as classificações da dívida pública, escreva sobre as limitações e classificações da dívida pública. Aborde ainda o comportamento a ser adotado quando o ente da federação ultrapassa os limites estabelecidos pela LRF bem como as vedações a que ficará sujeito na mesma situação.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 3	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citação de pelo menos duas classificações (ou espécies) de dívida pública e do limite de endividamento dos entes da federação	0 a 10
B- Citação do prazo e de pelo menos duas medidas que deverão ser tomadas pelo ente que ultrapassar o limite de endividamento público	0 a 5
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

Contabilidade Pública

Questão 01

10

20

30

RASCUNHO

Planejamento e Orçamento Público
Questão 02

10

20

30

RASCUNHO